

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.044, DE 2013

Dispõe sobre juros de mora e atualização monetária dos débitos judiciais.

Autor: Deputado GUILHERME CAMPOS

Relator: Deputado WALTER IHOSHI

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Guilherme Campos, disciplina os juros de mora e a atualização monetária sobre débitos judiciais. Nesse sentido, a proposta determina que os débitos deverão ser atualizados pelo índice de remuneração básica aplicável às contas de poupança e a incidência, a título de juros de mora, de índice correspondente à remuneração adicional por juros aplicável às contas de poupança.

Além desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, será analisada também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto ao mérito e a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

No prazo regimental, nenhuma emenda ao projeto foi apresentada.

II – VOTO DO RELATOR

É inegável a relevância do projeto de lei sob comento. O principal intento do nobre autor, Deputado Guilherme Campos, é remover de nosso ordenamento jurídico um dos poucos traços ainda remanescentes do período de alta inflação, ocorrido em no País até o ano de 1994. A intenção do legislador, ao estabelecer a remuneração adicional de 1% ao mês na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, art. 39º, §1º, era proteger os valores que houvessem sido alvo de disputa na justiça trabalhista. Tal percentual era plenamente compatível com a conjuntura de alta inflação, entretanto temos convivido com níveis mais civilizados de inflação já por cerca de 20 anos, sem que este aspecto de nosso ordenamento jurídico tenha sido alterado.

A proposta em análise trás dois componentes para o percentual de reajuste dos valores. O primeiro componente de correção corresponde à remuneração básica da caderneta de poupança, que na legislação atual é feita pela aplicação da Taxa Referencial – TR, calculada pelo Banco Central do Brasil tomando em conta uma média das taxas de juros praticadas no mercado. Já o segundo componente corresponde à remuneração adicional aplicada à caderneta de poupança, atualmente ligada à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic. Observa-se que os dois componentes empregados referem-se aos juros praticados na economia.

De modo a exemplificar a magnitude da alteração proposta pode-se notar que de meados de 2012 até meados de 2013 o índice que essa proposição pretende empregar flutuou entre 0,4% e 0,5% ao mês, enquanto, de acordo com a legislação em vigor, o reajuste estaria próximo a 1% ao mês, ou seja, mais que o dobro da taxa defendida pela proposição do Deputado Guilherme Campos. Em termos anuais, teríamos no período mencionado um reajuste de 5,9% na proposta em relato, comparados aos 12,7% implicados pela legislação atual.

Em ambiente de relativa estabilidade de preços, como se tem se verificado no Brasil, essa diferença de quase 7% introduz distorções que devem ser combatidas, uma vez que nosso objetivo é dinamizar a economia dando liberdade ao empreendedorismo de modo a garantir

condições competitivas para nossa inserção no cenário internacional. Neste sentido a proposição é de grande mérito e contribuirá para a melhoria de nosso setor produtivo e das relações de trabalho ali inseridas.

Desta forma, como bem ressaltado pelo autor, no caso de processo trabalhista, a demora na resolução da demanda acaba imprimindo um prejuízo acima do razoável para a atividade econômica. De fato, no novo contexto de juros baixos de nosso País, o reconhecimento, sob as condições em vigência, representa uma das melhores aplicações financeiras do mercado ao longo do tempo. A mesma situação ocorre nos débitos judiciais de natureza civil.

Além da razoabilidade econômica dos índices propostos – seja para a correção monetária, seja para os juros de mora – é importante ressaltar que esses são compatíveis com as remunerações aplicáveis a depósitos judiciais em bancos oficiais, bem como a débitos judiciais constituídos contra a Fazenda Pública, em consonância com o art. 1º-F da Lei nº 9.494 de 10 de setembro 1997.

Diante do exposto, no mérito, manifestamos o nosso voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 5.044, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado WALTER IHOSHI
Relator